

1 **ATA DA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO.**

3 Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h15min, por
4 videoconferência, através da plataforma Zoom, ocorreu a 93ª Reunião Ordinária do
5 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: 1.
6 Conferência de quórum; 2. Aprovar Ata da 92ª Reunião Ordinária; 3. Apresentação
7 acerca do novo sistema de tomada de decisão, SIGA Hídrico; 4. Deliberar quanto a
8 minuta de resolução CEHIDRO nº 145, que altera a Resolução CEHIDRO nº 141,
9 de 09 de setembro de 2021; 4.1. Parecer da Câmara Técnica de Acompanhamento
10 do Fundo Estadual de Recursos Hídricos; 5. Deliberar quanto ao Plano de Aplicação
11 do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO; 5.1. Minuta de Resolução nº
12 146, que aprova o Plano de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos –
13 FEHIDRO para o ano de 2022; 5.2. Minuta de Resolução nº 147, que aprova o Plano
14 de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO para o ano de
15 2023; 5.3. Parecer da Câmara Técnica de Acompanhamento do Fundo Estadual de
16 Recursos Hídricos; 6. Deliberar quanto a minuta de Resolução nº 148, que atesta o
17 cumprimento das Metas de Cooperação Federativa, referentes ao ano de 2021 pela
18 Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/MT, e dá outras providências; 6.1.
19 Parecer da Câmara Técnica de Gestão Participativa; 7. Deliberar quanto ao
20 andamento das atividades da Comissão de Ética do CEHIDRO; 8. Informes. A
21 reunião foi presidida pelo Secretário Executivo, Sr. Luiz Henrique Magalhães
22 Noquelli e, assessorado pela Sra. Danielly Guia da Silva, Secretária do CEHIDRO.
23 Registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Sibelle Christine Glaser
24 Jakobi, representante da **SEMA**; Sr. Rafael Vinicius Rodrigues, representante da
25 **SINFRA**; Sr. Edson Martins da Silva, representante da **SEPLAG**; Sr. Rogerio da
26 Costa Arantes, representante da **SEAF**; Sra. Telma Luzia Monteiro, representante
27 da **SES**; Sr. Marcelo Luiz Perini Tarachuk, representante da **SEDEC**; Sr. Augusto
28 Cesar da Costa Castilho, representante do **IBAMA**; Sr. César Luiz Benites Santos,
29 representante da **SECITECI**; Sr. Herman Menezes Cathalat Filho, representante do
30 **CREA**; Sr. Jhonatan Barbosa da Silva, representante da **UFMT**; Sr. Francisco Lledo
31 dos Santos, representante da **UNEMAT**; Sra. Suzan Lannes de Andrade,



32 representante da **ABES**; Sra. Alessandra Panizi Souza, representante da **OAB**; Sra.
33 Carolina Ortiz Costa Franco de Souza, representante da vaga 01 dos **CBH-RH**
34 **Amazônica**; Sra. Pâmela Sangaleti de Souza, representante da vaga 02 dos **CBH-**
35 **RH Amazônica**; Sr. Higor Hoffmann e Sra. Bethânia de Carvalho, representantes
36 da vaga 01 dos **CBH-RH Paraguai**; Sr. Renato Ribeiro de Gouveia, representante
37 da vaga 02 dos **CBH-RH Paraguai**; Sr. Adriano Voigt, representante da vaga 02
38 dos **CBH-RH Tocantins-Araguaia**; Sr. Rodrigo Gomes Bressane, representante do
39 **IESCBAP**; Sr. Uirandi Artioli Faria, representante do **Instituto Gaia**; Sra. Laura
40 Garcia Venturi Rutz, representante da **FAMATO**; Sr. Álvaro Fernando Cícero Leite
41 e Sra. Mariana Sasso, representantes da **FIEMT**; Sr. Marcelus Mesquita,
42 representante do **SINDENERGIA/MT**; Sra. Inês Martins de Oliveira Alves,
43 representante da **Águas Cuiabá**; Sr. João Clímaco Soares de Mendonça Filho,
44 representante do **FONASC**; Sr. Salatiel Alves de Araújo, representante do **Instituto**
45 **Ação Verde**; Sr. Kassiano José Riedi, representante do **SINECAL**; Sr. Miguel
46 Ângelo Marques da Silva e Sra. Ana Carolina da Silva Borges, representantes da
47 **Associação Xaraiés**; e, Sra. Leonice de Souza Lotufo, representante do **ITEEC**
48 **BRASIL**. A reunião foi aberta pelo Secretário Executivo, que cumprimentou a todos
49 e realizou a conferência do quórum. Na sequência, passou-se a aprovação da Ata
50 da 92ª Reunião Ordinária. Não havendo nenhuma alteração, a Ata da 92ª Reunião
51 Ordinária foi aprovada por unanimidade. Após, passou-se ao próximo item da pauta.
52 A apresentação acerca do novo sistema de tomada de decisão, SIGA Hídrico,
53 realizada pelo Sr. Emilio Ramos, da empresa Memora, responsável pelo
54 desenvolvimento do sistema. Diz que a ideia é apresentar o sistema de forma
55 prática, mostrando uma visão geral do sistema. Explica que o requerimento é
56 dividido em oito etapas, sendo elas: objetivos; localização e responsáveis do imóvel;
57 interessado, responsável técnico e representante legal; dados geográficos;
58 formulários eletrônicos; documentos do(s) termo(s) de referência; cálculo da taxa;
59 e, validação e envio do requerimento. Diz que primeiro o requerimento é enviado
60 para um checklist e depois para o protocolo. Salienta que todos os interessados
61 devem manter seus dados atualizados. Explica que o sistema atualmente possui
62 19 objetivos configurados. Destaca a captação subterrânea; captação superficial;

63 classificação de barragem; DRDH; lançamento de efluente; e, autorização de
64 perfuração de poço tubular. Explica que todos os objetivos são parametrizados,
65 então a SEMA consegue criar novos objetivos e alterar a configuração destes
66 conforme a necessidade. Diz que atualmente existem 22 formulários eletrônicos,
67 todos eles são disponibilizados ao cadastrante, conforme o encaminhamento do
68 requerimento. Os Termos de Referência são parametrizados, então a SEMA
69 cadastra quais são os TRs para cada requerimento, e podem ser alterados/incluídos
70 conforme a necessidade. Explica que o cálculo da taxa também é parametrizado, e
71 está vinculado diretamente a SEFAZ. Diz que todo o processo é predefinido,
72 podendo ser acompanhado em tempo real pelos administradores. Exemplifica
73 compartilhando o fluxo dos processos atualmente na SEMA, e como é feito o
74 cadastro de um requerimento no sistema. Finda a apresentação, o Secretário
75 Executivo abre para três perguntas. Destacando que se houver mais dúvidas, que
76 sejam encaminhadas por e-mail, em razão da pauta extensa da reunião. O
77 conselheiro Salatiel Alves pede a palavra. Diz que anteontem teve uma reunião
78 entre a SEMA e Associação de Geólogos de Mato Grosso - AGEMAT, onde foram
79 colocadas algumas dúvidas e sugestões. Pergunta quais são as providências que
80 serão tomadas a partir dessas sugestões que a AGEMAT deu nessa reunião, e qual
81 o prazo para elas acontecerem. Pergunta ainda, se a parte da captação de água
82 subterrânea ainda não esta pronta. A Sra. Erica Chaves Ribeiro, gerente de projetos
83 da SEMA, responde dizendo que quando a gente constrói um sistema, sabemos que
84 não se consegue prever todas as situações que podem acontecer. Mas o bom do
85 SIGA Hídrico é que se partiu de algo já construído, que é o SIMLAM Hídrico. Expõe
86 que a partir da reunião entre SEMA e AGEMAT, será montado um plano de ação.
87 Explica que hoje estamos na seguinte situação, existem processos que entram, e
88 que são legados, pois são advindos dos processos físicos, então precisamos prever
89 essa situação. Precisamos prever também os novos processos, e como serão esses
90 processos que estão em andamento, as situações posteriores a emissão da licença.
91 Diz que então, diante daquela reunião, será montado um plano de ação. Que,
92 inclusive hoje, a SEMA já entrou em contato com alguns dos geólogos que
93 participaram da reunião, para colher informações. Desse modo, será elaborado um

94 plano de ação onde será apresentado uma solução para cada situação que foi
95 apresentada. Após, esse plano de ação será apresentado para a secretária Lilian,
96 que é a secretária responsável pela Secretaria Adjunta de Licenciamento Ambiental
97 e Recursos Hídricos. Diz acreditar que até o início da próxima semana, a gente já
98 tenha esse plano de ação com as datas para acompanhamento. Salaria que fica a
99 cargo da SEMA algumas decisões, com relação as sugestões apresentadas. Mas
100 destaca que os principais pontos discutidos na reunião, serão contemplados por
101 esse plano de ação. No que diz respeito à segunda pergunta feita pelo conselheiro
102 Salatiel Alves, o Sr. Emilio responde que o requerimento de água subterrânea segue
103 o mesmo princípio da solicitação de captação de água superficial. E ele está
104 funcionando. Diz que os pontos que foram levantados lá na reunião, por exemplo,
105 só aceita um CAR dentro do requerimento, e foi apresentado a necessidade de se
106 incluir vários CAR. A equipe está aguardando a SEMA formalizar, apresentar um
107 plano de ação, para que a equipe possa fazer a alteração no sistema. Salaria que
108 existem pendências aguardando solução por parte do estado, como é caso da
109 assinatura digital das portarias eletrônicas. Destaca que são situações que
110 precisam de um planejamento dentro da SEMA, para que se possa desenvolver ou
111 atualizar ferramentas do sistema. Mas o sistema esta funcional. O conselheiro
112 Salatiel Alves diz que temos uma certa urgência com relação a essas modificações,
113 porque existem vários empreendedores que querem se adequar a legislação, e o
114 empreendedor cobra primeiro do técnico, para depois cobrar da SEMA. Então é
115 importante que essas modificações sejam feitas o mais rápido possível para que a
116 gente possa incluir mais captações, que estão paradas por causa dessas
117 modificações que precisam ser feitas. O Secretário Executivo diz que a SEMA como
118 um todo esta envolvida, para que a gente consiga resolver essas inconsistências o
119 mais rápido possível. O conselheiro Rafael Rodrigues pede a palavra. Diz que na
120 SINFRA ocorre a seguinte situação: os empreendedores ficam responsáveis por
121 emitir outorga para poderem executar obras de pavimentação, e os servidores da
122 SINFRA acompanham a emissão dessas outorgas para poder agilizar o processo.
123 E ultimamente estamos recebendo um feedback, de que os analistas da SEMA não
124 estão tendo acesso ao sistema para fazer as análises e que isso estaria atrasando



125 a emissão da outorga. Pergunta se essa informação procede. O Secretário
126 Executivo responde que com a Instrução Normativa nº 09, publicada em dezembro
127 de 2021, quando foi lançado o sistema SIGA Hídrico, os técnicos não podem mais
128 usar o sistema SIMLAM Hídrico. As informações devem ser transferidas de um
129 sistema para o outro, e com isso surgiram várias nuances que precisam ser
130 resolvidas. Diz que os processos referentes a água superficial serão analisados
131 apenas quando os técnicos puderem fazer de fato o cálculo da disponibilidade
132 hídrica dentro do sistema, porque é necessário para a tomada de decisão. Em
133 relação aos processos de água subterrânea, os que já estavam dentro da SEMA,
134 continuamos a receber as complementações via protocolo físico. Assim como os
135 processos de segurança de barragens, obra hidráulica, classificação, a SEMA
136 também esta recebendo via protocolo físico. Agora, os novos processos têm que
137 dar entrada através do sistema SIGA Hídrico. Salaria que, conforme já informado,
138 a SEMA esta buscando sanar todas as imperfeições do sistema o mais breve
139 possível. Explica que a SEMA não esta recebendo os novos processos de água
140 superficial via protocolo físico, até que se resolva essas nuances do sistema, porque
141 o sistema é um só. Não há como usar o sistema de água superficial em dois locais
142 diferentes. A conselheira Suzan Lannes pergunta pelo chat se os processos que
143 estavam em andamento, serão migrados automaticamente. O Secretário Executivo
144 responde que além da SEMA estar mudando de sistema, foi feito um upgrade no
145 sistema, ele esta vindo melhor, com mais ferramentas, então não é simplesmente
146 retirar de um sistema e colocar no outro. Diz que se ainda houverem
147 questionamentos, que sejam enviados por e-mail, que serão respondidos. Na
148 sequência, passou-se ao próximo item da pauta, deliberar quanto a minuta de
149 resolução CEHIDRO nº 145, que altera a Resolução CEHIDRO nº 141, de 09 de
150 setembro de 2021. O Secretário Executivo salienta que todos os documentos da
151 pauta foram encaminhados por e-mail, com antecedência. Passa a palavra ao
152 conselheiro Salatiel Alves, presidente da CT de Acompanhamento do FEHIDRO. O
153 conselheiro Salatiel Alves, diz que a necessidade dessa resolução se baseia na
154 situação que teve na resolução 141 que não seguia a Lei, porque havia um erro no
155 Decreto 715/2020. Tendo em vista que o Decreto foi corrigido, agora se faz

156 necessário a atualização da nossa resolução. Destaca que a CT analisou a minuta
157 e sugere ao Plenário do CEHIDRO que a proposta de resolução seja aprovada por
158 cumprir seus requisitos legais. O Secretário Executivo pergunta se há algum
159 questionamento quanto a minuta de resolução em análise. Do que não houve
160 manifestação. Colocada em votação, a minuta de Resolução CEHIDRO nº 145 foi
161 aprovada por unanimidade, sem nenhuma alteração. Após, passou-se ao próximo
162 item da pauta, qual seja, deliberar quanto ao Plano de Aplicação do Fundo Estadual
163 de Recursos Hídricos – FEHIDRO. O Secretário Executivo aponta que temos duas
164 minutas de resolução para analisar, são elas: minuta de Resolução nº 146, que
165 aprova o Plano de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO
166 para o ano de 2022; e, minuta de Resolução nº 147, que aprova o Plano de
167 Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO para o ano de 2023.
168 Na sequência, passa a palavra ao conselheiro Salatiel Alves, presidente da CT de
169 Acompanhamento do FEHIDRO. O conselheiro Salatiel Alves explica que esse
170 Plano de Aplicação é o primeiro que foi proposto para o FEHIDRO, dessa forma, os
171 membros da CT realizaram a análise da proposta, fizeram algumas recomendações,
172 sendo estas acatadas pela SEMA, e através de parecer a CT sugere aos demais
173 conselheiros que aprovem as minutas, por terem cumprido seus requisitos legais.
174 O Secretário Executivo salienta que as minutas foram encaminhadas com
175 antecedência aos conselheiros. Pergunta se alguém gostaria de fazer algum
176 questionamento quanto as minutas de resolução em análise. Do que não houve
177 manifestação. Colocada em votação a minuta de Resolução CEHIDRO nº 146.
178 Registrada a abstenção do FONASC, a minuta foi aprovada por maioria, sem
179 nenhuma alteração. Na sequência, fora colocada em votação a minuta de
180 Resolução CEHIDRO nº 147. O conselheiro João Clímaco pergunta por que a
181 rubrica “Gerenciamento de Recursos Hídricos” é a mais alta, qual é a sua finalidade,
182 seria financiar atividades da Secretaria. O Secretário Executivo responde que não.
183 Explica que o Plano de Aplicação de 2022, foi dividido em cinco programas, que
184 são: 1) Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos; 2) Programa de
185 Monitoramento Hidrometeorológico e de Qualidade da Água; 3) Programa de
186 Controle de Recursos Hídricos; 4) Programa de Apoio aos Comitês de Bacia; e, 5)

187 Programa de Conservação de Recursos Hídricos. Ocorre que, para o ano de 2023
188 a CT propôs, e a SEMA acatou, a redução para três programas, resultando em: 1)
189 Programa de Gerenciamento, Controle e Conservação de Recursos Hídricos; 2)
190 Programa de Monitoramento Hidrometeorológico e Qualidade da Água; e, 3)
191 Programa de Apoio aos Comitês de Bacia. Razão pela qual a rubrica do Programa
192 de Gerenciamento ficou maior que as demais. O conselheiro João Clímaco pergunta
193 onde está o detalhamento do quadro. O Secretário Executivo responde que nos
194 Planos de Aplicação está tudo detalhado, inclusive quanto as prioridades. O
195 conselheiro Salatiel Alves explica que a CT notou que o Decreto diz que fica para o
196 CEHIDRO aprovar os critérios e prioridades dos investimentos financeiros
197 relacionados com os recursos hídricos e acompanhar sua aplicação. E, foi discutido
198 pela CT que essa redação do Decreto, é ruim do ponto de vista de ação de
199 aconselhamento do CEHIDRO, porque diz apenas para aprovar, não diz analisar,
200 não diz sugerir. Diz que então seria interessante que o Conselho, para o ano de
201 2022, atue do ponto de vista político e técnico para que esse texto do Decreto seja
202 adequado as funções do CEHIDRO, porque não basta somente aprovar. Agradece
203 a SEMA, que no âmbito da CT acatou as sugestões, mas salienta que a redação
204 dessa atribuição do CEHIDRO deixa muito a desejar. Solicita que a SEMA em
205 conjunto com o CEHIDRO possa aprimorar o Plano de Aplicação para os próximos
206 anos, para que o CEHIDRO possa realizar o seu acompanhamento de modo mais
207 adequado. O Secretário Executivo expõe que é de suma importância a parceria
208 entre SEMA e CEHIDRO. Diz que apoia a questão de o CEHIDRO estar mais
209 integrado nos assuntos do FEHIDRO. Salienta que a SEMA, como órgão
210 responsável pelo Fundo, estará repassando todas as informações do FEHIDRO
211 para a CT de Acompanhamento do Fundo, para que esta faça análise e encaminhe
212 a Plenária. Por fim, a minuta de Resolução CEHIDRO nº 147 foi aprovada por
213 unanimidade, sem nenhuma alteração. Após, passou-se ao próximo item da pauta.
214 O Secretário Executivo diz que a Sra. Lilian Apoitia, coordenadora de ordenamento
215 hídrico da SEMA, realizará uma apresentação quanto as metas do PROGESTÃO
216 2021. Salienta que foi feito o acompanhamento do PROGESTÃO no ano de 2021,
217 pela CT de Gestão Participativa, conforme determinado pela Plenária. E, a CT de

218 Gestão Participativa emitiu parecer, recomendando a aprovação da minuta de
219 Resolução nº 148. A Sra. Lilian Apoitia dá início a apresentação destacando que
220 estamos na 5ª Certificação do 2º Ciclo do PROGESTÃO, ou seja, o programa se
221 encerrou em 31/12/2021. De modo que, a apresentação se refere aos resultados
222 obtidos no ano de 2021. Diz que não se tem notícias da ANA quanto a um 3º ciclo.
223 Aponta que o PROGESTÃO baseia-se no princípio do pagamento por alcance de
224 metas, a partir da adesão voluntária das unidades da federação. É desenvolvido
225 pela Agência Nacional de Águas (ANA) em apoio aos Sistemas Estaduais de
226 Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGREHs). O grande objetivo do
227 PROGESTÃO é a construção de compromissos entre os entes federados, visando
228 à superação de desafios comuns e à promoção do uso múltiplo e sustentável dos
229 recursos hídricos, sobretudo em bacias compartilhadas. Faz um breve histórico,
230 apontando que o estado de Mato Grosso aderiu ao Programa em 20/06/2013 -
231 Decreto nº. 1.815/2013. Estabelecendo que a SURH seria a responsável pela
232 coordenação das ações do poder executivo estadual inerentes à implementação do
233 Pacto. O estado optou pela Tipologia de Gestão "B" - Média Complexidade, que foi
234 definida em reunião junto ao CEHIDRO. Tivemos o 1º Ciclo: 2013 a 2017, e o 2º
235 Ciclo: 2017 a 2021. Estamos na 5ª Certificação, com metas referentes a 2021.
236 Explica que após aprovação do CEHIDRO, as informações serão enviadas a ANA,
237 até o dia 31/03/2022, para que sejam avaliadas e atribuída uma nota para o estado.
238 De modo que, até o mês de agosto provavelmente os recursos do PROGESTÃO
239 serão repassados ao estado de Mato Grosso, conforme nota obtida. Explica que o
240 CEHIDRO é interveniente, conforme Contrato 072/2017/ANA, e como tal tem as
241 seguintes obrigações (Cláusula III): Aprovar o Quadro de Metas do Progestão;
242 Acompanhar o cumprimento das obrigações da SEMA; Apreciar, anualmente, a
243 execução do plano de aplicação dos recursos transferidos pelo Progestão; Atestar
244 o cumprimento das metas contratuais. Explica que o Programa é composto por 50%
245 de metas federativas e por 50% de metas estaduais. São metas federativas: I.1:
246 Integração de dados de usuários de recursos hídricos; I.2: Capacitação em
247 Recursos Hídricos; I.3: Contribuição para difusão do conhecimento; I.4: Prevenção
248 de Eventos Hidrológicos Críticos; I.5: Atuação para Segurança de Barragens. As

249 metas estaduais estão divididas entre: legais, institucionais e de articulação social;
250 planejamento; informação e suporte; e, operacional. Existe também os fatores de
251 redução, compreendidos nos seguintes critérios: comprovação da gestão
252 patrimonial dos bens da ANA em uso pelo estado; apresentação do relatório de
253 gestão dos recursos hídricos pela SEMA à AL; apresentação anual dos gastos à
254 ANA e ao CEHIDRO; percentual anual de desembolso dos recursos financeiros
255 acumulados no PROGESTÃO. Diz que dará início a apresentação acerca das metas
256 federativas. Explica que a META I - Integração de dados de usuários de recursos
257 hídricos (CNARH – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos), se trata
258 da inserção dos usuários regularizados em 2021 no CNARH bem como a
259 consistência de dados cadastrados (dominialidade do ponto, vazões máximas,
260 dados dos poços e qualidade da água), foi 100% atendida. Para o atendimento da
261 META I.2 – Capacitação em Recursos Hídricos, que consiste em promover o
262 planejamento das ações de capacitação, de acordo com suas metas de gestão,
263 identificar e articular parcerias para implementação das atividades previstas nas
264 programações anuais com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento da atuação
265 dos gestores e ampliar e qualificar o envolvimento social nos colegiados. Para
266 atendimento desta meta, é necessário se atender aos seguintes itens: Relatório de
267 Implementação do Plano no ano de 2021; Envio dos dados comprovando as
268 capacitações realizadas em planilha padrão; Programação anual das atividades de
269 capacitação previstas para o ano de 2022; Relatório final de execução do Plano de
270 Capacitação. Salaria que essa meta foi cumprida 100%. Explica que a META I.3 –
271 Relatório de Conjuntura, consiste no compartilhamento de informações sobre a
272 situação da gestão de águas para subsidiar o Relatório “Conjuntura dos Recursos
273 Hídricos no Brasil”, publicado anualmente pela ANA. E foi protocolado no dia 10 de
274 fevereiro de 2022, assim cumprindo o prazo. Explica que a META I.4 - Prevenção
275 de Eventos Hidrológicos Críticos, é uma meta de Manutenção Corretiva. De forma
276 a garantir, mensalmente, um Índice de Transmissão e Disponibilização de Dados
277 Telemétricos (ITD) das plataformas de coleta de dados das estações da Rede de
278 Alerta, acordadas entre a ANA e os estados, maior ou igual a 80%. E no ano de
279 2021, a melhor pontuação desta meta foi no mês de Dezembro, quando obtivemos

280 o valor de 73%. Aponta que a retomada de contrato com empresa que faz a
281 manutenção das estações, aconteceu apenas em Agosto/2021; a pandemia,
282 logísticas no estado, burocracias até a contratação e compra de equipamentos.
283 Foram os problemas que levaram a baixa na coleta de dado, de modo que podemos
284 vir a perder pontos na certificação. Diz que a empresa contratada para realizar a
285 manutenção das estações, fez a primeira manutenção, já enviou o relatório para a
286 equipe da SEMA e fará a próxima manutenção no mês de março. Esclarece que
287 compõem a META I.4 também, a elaboração de Protocolo de Ações, para melhoria
288 dos processos e tomada de decisões em casos de eventos hidrológicos críticos de
289 nível fora do normal ou de chuvas fortes. Que foi elaborado pela SEMA e aprovado
290 pela ANA. Também faz parte da META I.4 a produção de boletins diários, semanais,
291 mensais e informes hidrológicos. Diz que a publicação de todos os produtos é feita
292 no site da SEMA. E os envios de e-mails com os produtos é feito para: Defesa Civil
293 do Estado, Cemaden, Cenad, Censipam e prefeituras. Quanto a META I.5 - Atuação
294 para Segurança de Barragens, explica que é formada pelos Critérios I, II, III e IV,
295 que dizem respeito a melhora da completude dos dados no SNISB. Onde foram
296 inseridas no sistema em cada faixa: I - Faixa Mínima para Baixa – 12 barragens; II
297 - Faixa Baixa para Média – 11 barragens; III - Faixa Média para Boa – 11 barragens;
298 IV - Faixa Boa para Ótima – 2 barragens a meta, mas foram inseridas 16 barragens.
299 No critério V - Minuta de atualização dos regulamentos de segurança de barragens
300 em decorrência da Lei 14.066/2020 que alterou a lei 12.334/2010. A minuta foi
301 elaborada, de modo a cumprir esse critério. No critério VI, foram estabelecidas e
302 cumpridas: Obter informações junto à Defesa Civil sobre incidentes e acidentes com
303 barragens e disponibilizar no RSB (não aplicado, em razão do não acontecimento);
304 Realizar evento sobre segurança de barragens no Estado (Webinar realizado nos
305 dias 29 e 30/09/2021); Elaborar e Publicar folder informativo sobre segurança de
306 barragens levando em consideração a realidade e especificidades locais. O Material
307 esta disponível no site da SEMA. Aponta que os seguintes Fatores de Redução
308 foram atendidos: Apresentação do Relatório de Gestão de Recursos Hídricos na
309 Assembleia Legislativa, que ocorreu em 14/12/2021 para a Comissão de Meio
310 Ambiente; e, Gestão Patrimonial foi realizada em outubro de 2021 e enviada a ANA

311 por e-mail e e-protocolo em 20/10/2021. O Fator de Redução que diz respeito ao
312 Percentual de desembolso de 50% de todos os recursos acumulados do programa
313 e transferidos ao estado, não foi atendido. O percentual de desembolso ficou em
314 17,75% no ano de 2021, devido a impossibilidade de realizar viagens, do que não
315 teve gasto com diárias. A não compra de equipamentos, a não realização de
316 treinamentos, foram alguns dos gastos previstos que infelizmente não foram
317 realizados. Explica que devido ao percentual de desembolso, o estado irá perder
318 nota. Explica que quanto ao valor adicional a ser repassado pela ANA, em igual
319 parcela aos investimentos estaduais, limitados aos valores mínimo de R\$ 25.000,00
320 e máximo de R\$ 250.000,00. O estado fez um investimento de R\$ 408.430,08 na
321 gestão de recursos hídricos, sendo assim, o estado cumpriu essa meta e receberá
322 o valor adicional repassado pela Ana. Aponta que o estado atingiu a meta de todas
323 as variáveis obrigatórias para a tipologia B. Finda a apresentação, o Secretário
324 Executivo pergunta se há algum questionamento. O conselheiro Salatiel Alves diz
325 que tem duas observações a fazer. Diz que na apresentação foi relatado que os
326 dados do CNARH foram preenchidos, e estão disponíveis no mesmo. Pergunta se
327 esses dados podem ser disponibilizados no GeoPortal, onde tem a disponibilidade
328 de dados referentes a captação insignificante de água, outorga de água superficial
329 e diluição de efluentes, mas não tem informações quanto a outorga de água
330 subterrânea. Recomenda que essa informação seja disponibilizada no GeoPortal,
331 bem como que a SEMA comece a usar os dados digitais que estão disponíveis
332 sobre precipitação, temperatura, entre outros, pois tem muita informação na internet
333 que a gente pode complementar os dados. Diz que na reunião passada, o técnico
334 que fez uma apresentação, qual não lembra o nome, mas ele tem essas condições
335 técnicas de fazer esse trabalho. Se coloca à disposição, caso o técnico queira entrar
336 em contato, para facilitar o início do aproveitamento dessas informações da internet.
337 Salienta que no ano de 2020 e 2021 passamos pela mesma situação, de falta de
338 dados, e em algum momento essa falta de dados pode comprometer o estado,
339 principalmente com relação a eventos anormais. A conselheira Telma Monteiro
340 pede a palavra. Pergunta com relação à Meta I.5, quando mencionado evento de
341 segurança de barragem, o relatório de segurança de barragem está atualizado e

342 disponível. O Secretário Executivo diz que irá responder as perguntas. Diz ao
343 conselheiro Salatiel, que a SEMA faz o preenchimento do CNARH em função de
344 uma autorização que a ANA disponibilizou para a SEMA. Desse modo, não sabe
345 dizer como seria passar essa informação, porque o CNARH é um sistema da ANA
346 e não do estado, em que a ANA utiliza esses dados para as outorgas em rios de
347 domínio da União e também para fazer o relatório de conjuntura anual. Diz não
348 saber informar, mas que irá buscar a informação, se esses dados podem ser
349 disponibilizados ou não. Diz que com relação ao questionamento da conselheira
350 Telma, as informações estão no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança
351 de Barragens – SNISB, que é um sistema da ANA, alimentado por todos os estados.
352 Salienta que os dados disponibilizados são referentes ao ano de 2021. Sem mais
353 questionamentos, o Secretário Executivo coloca em votação a minuta de Resolução
354 nº 148, que atesta o cumprimento das Metas de Cooperação Federativa, referentes
355 ao ano de 2021 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/MT, e dá
356 outras providências. Registrada a abstenção do FONASC, a Resolução CEHIDRO
357 nº 148 de 10 de março de 2022, foi aprovada por maioria dos votos, sem nenhuma
358 alteração. Após, passou-se ao próximo item da pauta, a deliberação quanto ao
359 andamento das atividades da Comissão de Ética do CEHIDRO. O Secretário
360 Executivo explica que esse assunto foi trazido para discussão em razão das
361 reuniões da Comissão de Ética não estarem acontecendo por insuficiência de
362 quórum, o que tem inviabilizado o andamento e finalização do processo em análise.
363 Diz que a Comissão de Ética é composta por SINFRA, FIEMT, ITEEC BRASIL e
364 CBH-RH Amazônica vaga 01. Destaca que devido a esse impasse a Secretária
365 Executiva propõe se firmar uma alteração na composição da Comissão, pergunta
366 qual será o posicionamento do CEHIDRO. O conselheiro Álvaro Leite pede a
367 palavra. Diz que a situação foi bem explicada pelo Secretário Executivo, salienta
368 que a Comissão tentou se reunir por algumas vezes para analisar o processo que
369 ali esta, mas não tivemos quórum. Propõe como solução a indicação de novos
370 membros, seja novas entidades ou novos representantes das entidades na
371 Comissão, para que se possa ir adiante. Pede que a conselheira Leonice Lotufo se
372 manifeste, pois é a coordenadora da Comissão de Ética. A conselheira Leonice

373 Lotufo diz que a Comissão é formada apenas por quatro pessoas, e esta complicado
374 da gente trabalhar, porque a participação não esta sendo efetiva. Diz que teve culpa
375 nisso, pois viajou e depois ficou doente, e com o número de integrantes esta difícil
376 de se obter quórum nas reuniões. O Secretário Executivo pergunta se as instituições
377 SINFRA, FIEMT, ITEEC BRASIL e CBH-RH Amazônica vaga 01, querem
378 permanecer na Comissão de Ética ou gostariam de abrir a vaga para outra
379 instituição. Se manifestaram por permanecer na Comissão: SINFRA, FIEMT e
380 ITEEC BRASIL. A conselheira Leonice Lotufo salienta que talvez só não mais
381 gostaria de participar como coordenadora da Comissão, pois é uma tarefa
382 complicada. O conselheiro Rafael Rodrigues diz que seria interessante ter uma
383 quantidade maior de participantes. O Secretário Executivo diz que a resolução que
384 cria a Comissão de Ética prevê a participação de três entidades titulares e uma
385 entidade suplente. A conselheira Inês Alves pergunta se não há como alterar essa
386 resolução, para que se altere a quantidade de membros. Finda a discussão, restou
387 como encaminhamento a elaboração de uma minuta de resolução que altera a
388 quantidade de membros da Comissão de Ética, que deve ser apresentada na
389 próxima reunião do CEHIDRO. Na sequência, passou-se ao último item da pauta.
390 O Secretário Executivo informa que quanto ao Plano de Recursos Hídricos das
391 Unidades de Planejamento e Gerenciamento Alto Paraguai Médio e Alto Paraguai
392 Superior – UPGs P2 e P3, a Uniselva entregou o projeto final a SEMA, que agora
393 esta sendo encadernado. Destaca que todas as etapas do projeto foram
394 acompanhadas e aprovadas pelo GAE, mas seguindo-se o que preconiza o
395 regimento interno o Plano foi encaminhado à Câmara Técnica de Acompanhamento
396 de Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos D'água em Classes
397 para análise e emissão de parecer e posteriormente será encaminhado a Plenária.
398 Informa ainda, que em razão daquele parecer emitido pela SUBPGMA, onde
399 esclarece a impossibilidade de perfuração de poços em residências unifamiliares
400 em que haja abastecimento público, surgiu na SEMA a demanda de um
401 empreendedor que solicitou a perfuração de poço no município de Várzea Grande,
402 em razão do DAE/VG emitir declaração dizendo que a rede dispõe 110mm, sendo
403 o intervalo de abastecimento de água na região de 1 dia sim e 2 dias não, com

404 pressão de 3 M.C.A. E, o mesmo alega que essa disponibilidade ofertada pela
405 DAE/VG é insuficiente. Diante disso, a SEMA solicitou uma complementação de
406 informação por parte da SUBPGMA, que informou que nesses casos pode sim ser
407 autorizado a perfuração de poço, mas que todos os procedimentos técnicos,
408 documentais e administrativos devem ser determinados através de resolução do
409 CEHIDRO. Sendo assim, a SEMA encaminhou à Câmara Técnica de Águas
410 Subterrâneas para discussão e elaboração de minuta de resolução, a emissão de
411 outorga do direito de uso de recurso hídrico e autorização para instalação de poço
412 tubular para captação de água subterrânea para suprir a ausência intermitente do
413 serviço de fornecimento de água nas edificações urbanas para fins residenciais. A
414 conselheira Telma Monteiro pergunta se essa resolução seria para água de
415 abastecimento público. O Secretário Executivo informa que não. Que isso seria com
416 relação a nova lei de saneamento, em junção com o parecer da SUBPGMA, que
417 esclarece acerca da impossibilidade de captação de água subterrânea para
418 residência unifamiliar, onde há rede de abastecimento público. A conselheira Telma
419 Monteiro diz que entendeu, mas sua pergunta é com relação ao caso citado.
420 Pergunta se será autorizada a perfuração a esse empreendedor. O Secretário
421 Executivo diz que o CEHIDRO é quem vai decidir acerca de casos como este citado,
422 a partir da criação de critérios específicos por meio de resolução. A conselheira
423 Telma Monteiro, diz que a SES gostaria de se fazer presente nessa discussão, pois
424 se refere diretamente ao abastecimento para consumo humano. O Secretário
425 Executivo solicita que a conselheira oficialize junto à Secretaria Executiva a intenção
426 da SES em fazer parte dessa discussão na CTAS. A conselheira Inês Martins
427 propõe que o parecer da SUBPGMA seja enviado a conselheira Telma, para que
428 essa possa entender melhor sobre o assunto que está sendo discutido. A
429 conselheira Telma Monteiro diz que gostaria de receber o documento, e que irá
430 solicitar que a SES oficialize a intenção de participação na CTAS. O Secretário
431 Executivo diz que a Secretaria Executiva estará enviando o parecer para
432 conhecimento da conselheira, conforme solicitado. O conselheiro João Clímaco
433 pede a palavra. Diz que gostaria de voltar ao assunto do Plano. Diz que até a pouco
434 tempo o FONASC tinha uma dinâmica de participação no acompanhamento dos

435 Planos nessas bacias citadas. Diz que posteriormente a isso o FONASC fez uma
436 minuta de proposta de resolução para o CEHIDRO relacionado a integração de
437 procedimentos de planos de bacias afluentes com o plano nacional, e
438 principalmente nos pontos relacionados ao plano operativo, que vem agregado no
439 serviço que foi contratado. Diz que o plano operativo sugere algumas coisas que
440 chamou atenção do FONASC, com relação a integração com o plano federal da
441 bacia do Paraguai. Então, o FONASC encaminhou uma proposta de resolução que
442 gostaria que fosse considerada nessa discussão quanto a aprovação do plano de
443 bacias. Solicita que mesmo que o FONASC não faça parte da CT, que seja
444 disponibilizada informações, como se fizesse parte da CT. Que a Secretaria
445 Executiva informe ao FONASC as agendas e os documentos dos assuntos que
446 estão sendo tratados em todas as Câmaras Técnicas, porque é importante que o
447 FONASC tenha um conhecimento sequencial dos fatos que acontecerem até a
448 plenária receber os produtos das CTs. Sobretudo, na área de águas subterrâneas
449 o FONASC tem uma pendência que foi definida na última reunião, mas que demos
450 continuidade a essa discussão, e se não tivermos mais informação da Secretaria,
451 de como isso está sendo tratado no CEHIDRO, a gente pode cometer algum
452 equívoco de encaminhamento. Salaria que enviou ao CEHIDRO, para a Secretária
453 e para todos os atores envolvidos na constituição do plano de bacia do Rio
454 Paraguai, o estado da arte do encaminhamento do FONASC quanto a esse plano
455 de bacia. Diz que o FONASC entende que é importante que tenha uma sinergia
456 entre os planos do rio Paraguai e o plano de bacias de rios afluentes ao rio Paraguai.
457 Diz que espera que a CT de Planos acolha e dê o parecer sobre a proposta de
458 integração dos planos operativos. O Secretário Executivo diz que a Secretaria
459 Executiva não se recorda de nenhum documento enviado pelo FONASC nesse
460 sentido. Então, solicita que o conselheiro faça a gentileza de reenviar o documento.
461 Salaria que inclusive em uma das atas anteriores o conselheiro mencionou que
462 havia encaminhado três propostas de resolução, porém a Secretaria Executiva fez
463 a ressalva de que constava em seus arquivos apenas a proposta quanto a águas
464 subterrâneas. Destaca que a CT de Planos se reunirá no dia 24/03, então o
465 conselheiro deve reenviar o documento antes dessa data. A conselheira Sibelle



466 Jakobi pede a palavra. Se posiciona contrária à solicitação do conselheiro João
467 Clímaco quanto ao envio pela Secretaria Executiva da agenda e de todos os
468 documentos que estão sendo discutidos nas CTs. Argumenta que se a Secretaria
469 Executiva começar a enviar todas as documentações, todas as reuniões das CTs,
470 perde a função da CT. Então seria melhor se retirar esse item do regimento interno
471 e decidir tudo em Plenária. Salaria que a CT esta para analisar o documento, fazer
472 uma análise previa, fazer um parecer, que inclusive é uma coisa que o conselheiro
473 João Clímaco sempre exige e faz a cobrança, e o CEHIDRO decide em cima desse
474 parecer. Diz que não há nenhum problema em o conselheiro ter acesso a toda
475 documentação, mas é necessário que tenha uma agilidade. Solicita que se faça
476 uma votação quanto a essa solicitação do conselheiro João Clímaco. A conselheira
477 Telma Monteiro diz que até onde se lembra, as reuniões das CTs não são fechadas,
478 então aqueles conselheiros que tiverem o interesse em participar vão, mas não tem
479 direito a voto. A conselheira Sibelle Jakobi responde que não, que nas reuniões de
480 CTs só vota e só tem participação dos membros da CT. Explica que no regimento
481 interno é bem claro, que inclusive é permitida a participação em três CTs, devendo
482 as entidades definir quais são as de maior interesse, até mesmo para se garantir a
483 participação de todas as entidades membros do CEHIDRO. Salaria que é claro
484 que tudo que é discutido em CT é levado a plenária. O conselheiro Miguel Ângelo
485 diz que esta com dúvida, se tem algo sobre isso no regimento interno, porque pode
486 ser que exista algum termo específico que as pessoas da CT, que não são
487 profissionais, deixam escapar. O Secretário Executivo expõe que as CTs servem
488 para já trazer para a plenária um produto, e para se chegar a esse produto, a CT
489 estudou, fez discussões e diversas reuniões. É claro que quem tem o poder de
490 decisão máxima, é a plenária. Mas se as discussões acontecerem dentro da CT e
491 depois tudo ser rediscutido em plenária, então qual é a função da CT. A conselheira
492 Alessandra Panizi pede a palavra. Diz que participa do CEHIDRO desde 2003, e a
493 função de uma CT é justamente o que foi posto aqui, ela faz uma análise e remete
494 a plenária. Diz acreditar que se algum conselheiro tiver o interesse nessa
495 documentação, ele pode se dirigir até o Conselho ou fazer uma solicitação via e-
496 mail, que a Secretaria Executiva encaminhará a ele essa documentação. Até



497 mesmo porque é uma documentação pública. Agora, levar toda essa documentação
498 e rediscuti-la em plenária, estaremos fazendo dois serviços, e o objetivo não é esse.
499 Não que a plenária não vai fazer a última discussão, mas se algum conselheiro ficar
500 com alguma dúvida ele pode pedir vistas do processo e fazer a análise de todos os
501 documentos. E caso o conselheiro não queira pedir vistas do processo, acredita que
502 ele tenha que participar da CT, mesmo porque, salvo engano, ainda existe espaço
503 dentro das CTs ou é democraticamente escolhido seus membros entre as pessoas.
504 O Secretário Executivo diz acreditar que a CT de Águas Subterrâneas e a CT de
505 Planos esta completa. A conselheira Alessandra Panizi pede questão de ordem. Diz
506 que as CTs estão completas porque houve uma democracia, onde se definiu quem
507 seriam os membros. Salienta que lembra muito bem que em todas elas, tinha mais
508 de dez entidades e as que participariam definitivamente deveriam comparecer na
509 primeira reunião. O conselheiro João Clímaco diz que o FONASC não esta
510 discutindo ou não o direito de participar de CT, até mesmo porque a opção é não
511 participar de CT oficialmente, não queremos votar em CT. Queremos ter o direito
512 democrático de acompanhar a política pública de água no ambiente das CTs,
513 porque elas não são fechadas ao público. Salienta que tudo que acontece na
514 discussão de uma política pública, é público. Não existe no regimento nenhuma
515 restrição de que alguém não possa ter acesso, ou poder participar e ter informações
516 do que está acontecendo na CT. Ainda mais um conselheiro, porque esta explicito
517 no regimento que é direito do conselheiro pedir informações sobre os andamentos
518 de algum assunto de interesse da política de recursos hídricos. Então, esse negócio
519 de colocar em votação algo que já esta claro no regimento é um contrassenso. Diz
520 que então vai ter que ficar correndo atrás da secretária para ela dizer qual o dia da
521 reunião, para eu poder ter o direito de participar. Isso fere o regimento, ela não tem
522 o direito de interpretar o regimento dessa forma. Salienta que quem participa do
523 CNRH sabe que não existe nenhuma restrição ao público participar de reunião de
524 CT, de Plenária e tudo mais. Diz que isso é uma atitude insensata, fora do
525 arcabouço legal. A conselheira Sibelle Jakobi diz que as CTs do CEHIDRO são
526 extremamente técnicas, o regimento é claro no sentido de serem indicadas pessoas
527 técnicas para representar as entidades nas CTs. Explica que como conselheira



528 representante da SEMA, não participa da maioria das CTs, porque é necessário que
529 sejam pessoas técnicas, que entendem do assunto. Salaria que ir em uma reunião
530 de CT só para ficar ouvindo, sem votar e sem ajudar na construção dos documentos,
531 nas discussões, desculpa, mas é muito fácil. Diz que todo mundo que já participou
532 de CT sabe que os membros vão com tarefa de casa, coisa para fazer, é trabalhoso,
533 você tem que analisar, produzir documentos, não é uma coisa simples. Diz que se
534 o conselheiro quer realmente participar de determinada discussão, que se inscreva
535 e participe da CT. Esclarece que a discussão técnica ocorre na CT, e depois o
536 documento com o parecer técnico é enviado a plenária onde todos terão acesso. O
537 conselheiro João Clímaco diz que o que foi falado não tem base regimental e legal.
538 Diz que a CT é uma instância de uma política pública, e todas as suas reuniões tem
539 esse caráter público. Diz que como conselheiro regimentalmente tem o direito de
540 acompanhar e participar das atividades da forma como quiser. Argumenta que não
541 se pode trabalhar com o argumento de que a priori não tem conhecimento técnico.
542 Salaria que o FONASC tem quase nove CTs, composta por gente do Brasil inteiro,
543 que dá subsidio nas dúvidas e discussões que o FONASC participa. Diz que se trata
544 de alegações totalmente descabidas, querendo estabelecer como o conselheiro
545 deve trabalhar e atuar. Salaria que se houver uma votação contrária, será uma
546 votação inócua, e terá que ir atrás de seu direito de acompanhar as CTs. Após
547 discussões e sugestões de conselheiros, chegou-se a formulação de duas
548 propostas quanto ao acesso dos conselheiros aos documentos e reuniões das CTs,
549 quais sejam: Proposta 01 – o conselheiro deve solicitar oficialmente, para participar
550 das discussões da CT. Proposta 02 - o conselheiro deve solicitar a Secretaria
551 Executiva, formalmente, o envio dos documentos e informações sobre as reuniões.
552 Colocada em votação as propostas. Votaram na proposta 01: SEMA; SEAF; SES;
553 CREA; UFMT; OAB; CBH-RH Amazônica vaga 02; CBH-RH Paraguai vaga 01;
554 FAMATO; FIEMT; SINDENERGIA; Águas Cuiabá; Instituto Ação Verde; SINECAL;
555 e, ITEEC BRASIL. Votaram na proposta 02: Instituto Gaia; FONASC; e, Associação
556 Xaraiés. Desse modo, por maioria dos votos, restou decidido que para receber toda
557 documentação discutida na CT, bem como participar das reuniões da mesma, o
558 conselheiro deve solicitar oficialmente sua participação na CT. Por fim, nada mais



559 havendo a declarar o Secretário Executivo encerrou a reunião às 16h50min e eu,
560 Danielly Guia da Silva, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo
561 Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

562


563

564

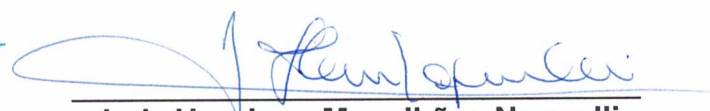
565

566

567



Mauren Lazzaretti
Presidente do CEHIDRO



Luiz Henrique Magalhães Noquelli
Secretário Executivo do CEHIDRO